

ACTA Nº 16

Aos **vinte e nove** dias do mês de **Abril**, do ano de **dois mil e oito**, pelas 09h00, teve lugar, no Auditório da Biblioteca Municipal, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia 21, do mesmo mês, constavam, da **Ordem de Trabalhos**, os seguintes pontos:

I – Período de “antes da ordem do dia”.
II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos: 1º. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal; 2º. Relatório de Gestão e Contas de 2007 3º. Comunidade Intermunicipal Minho-Lima
III - Período de Intervenção do Público.



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, às 9h.00, constatada a existência do necessário quórum, iniciou os trabalhos com a já habitual saudação protocolar.

No início da Sessão o Presidente da Mesa justificou a ausência dos membros Luís Amorim e Dora Ferreira e Maria João Gonçalves, dois deles devidamente substituídos por Tomás Coelho e Álvaro Queirós.

Invocou a realização de alguns eventos realizados desde a pretérita Sessão deste Órgão, nomeadamente: “Mercado das Tradições”, “Domingo Gastronómico”, “Comemorações do 25 de Abril” e a sessão de estudo sobre “Cooperação Territorial ACT”. Apelou ainda à celebração e comemoração do 1º de Maio.

A Primeira Secretária, **Dra. Anabela Rodrigues**, procedeu à leitura, em súmula, do expediente recebido e expedido.

Posta à discussão a **Acta nº 15** intervindo o deputado **João Amorim Dias** para manifestar a sua discordância no que concerne à forma como, na pág. 5, da mesma, foi exposta a sua intervenção, pretendendo que a mesma seja rectificadora quanto à localização da passeadeira.

Num universo de 35 votantes, registaram-se 0 votos contra, 1 abstenção de Margarida Rodrigues por não ter estado ausente na última Sessão e 34 votos a favor. **Aprovada por maioria.**

PERÍODO DESTINADO ÀS INTERVENÇÕES POLÍTICAS E ÀS INTERPELAÇÕES AO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALENÇA

Intervieram:

O deputado **Sr. Armando Carvalho**, para:

1. Assinalar a menção feita pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre a aproximação do 1º de Maio, como data maior da luta dos trabalhadores pelos seus direitos;

2. Evocar a participação dos Srs. deputados na moção aprovada pela descentralização destas Sessões, registando a sua admiração pelo facto de a presente Sessão não ter sido realizada na freguesia de Gandra;

3. Notar que continua a haver um atraso no envio das actas da Câmara Municipal para consulta dos deputados municipais o que acarreta inconvenientes na preparação das suas intervenções;

4. Questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca da situação do aterro existe na Av. Dr. Aníbal Rebordão;

5. Informar que se encontra a decorrer nas freguesias norte do concelho, como Sanfins, Gondomil, um abaixo-assinado pelo desmantelamento de uma britadeira que lá foi montada, que, além de estar a perturbar a tranquilidade dos moradores locais parece estar em situação ilegal;

6. Fazer uma breve alusão à sessão de estudo realizada sobre “Cooperação Territorial ACT”.

O deputado **Sr. Manuel Lopes** para:

1. Perguntar ao Sr. Presidente da Câmara quando estaria pronto o P.D.M.
2. Informar que tem conhecimento de que se está a proceder à compra de terrenos, perguntando se estes compradores terão informação privilegiada acerca da localização da futura Plataforma Logística e do traçado do TGV;
3. Confrontar o Sr. Presidente da Câmara pelo facto de algumas freguesias, nomeadamente, a de Ganfei, ainda não usufruírem de iluminação pública;
4. Perguntar quando seriam colocados os semáforos no cruzamento junto do restaurante “Merendola”.

O deputado **Sr. João Amorim Dias** para:

1. Dizer que na rua conhecida por Rua dos Doutores em Val Flores, na freguesia de Cristelo Covo e chega ao túnel da Refer, virando à direita, existe um caminho em péssimas condições. Além disso existe uma caixa de saneamento ou águas pluviais que há já longo tempo não tem tampa e que alguém lá colocou uma pedra para a tapar; Nessa mesma rua, junto ao túnel da Refer, foram colocados dois blocos de granito, o que significa que pelo mesmo não deveria haver trânsito automóvel, porém verifica o inverso, que essa passagem é usada como uma forma de encurtar a distância para se chegar ao Centro Coordenar de Transportes. Assim, pergunta se não será possível regularizar aquela passagem;
2. Referir que verificou que na EB1 de Arão as águas pluviais, na frontal da escola, ficam totalmente represadas nas áreas térreas entre os passeios. Não existe caixa de saída.

O deputado **Sr. Manuel Temporão** para:

1. Perguntar se as Câmaras Municipais vizinhas pagam alguma taxa para colocar publicidade dos seus eventos nos postes de electricidade das Avenidas deste concelho, quais os critérios para os colocar e se estão autorizadas pela Câmara Municipal;
2. Questionar se o Sr. Presidente da Câmara continua a achar que o ancoradouro da Sr.^a da Cabeça continua a reunir condições para a sua funcionalidade;
3. Saber quando estará disponível a nova página oficial da Câmara Municipal.

O Presidente da Mesa **Dr. José António Nogueira** para:

1. Ler o ponto nº2 da acta nº7 da Sessão Extraordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, referente à apreciação e aprovação da constituição da Empresa Intermunicipal no âmbito da Rede Comunitária do Vale do Minho, que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais;
2. Esclarecer o Sr. deputado Armando Carvalho dizendo que a descentralização das sessões será cumprida.

Interveio o Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, para responder às questões que lhe foram colocadas pelos senhores deputados. Relativamente às intervenções que a seguir se descrevem, disse que:

A) Deputado Sr. Armando Carvalho:

1. Em relação ao aterro no local referido já foram dadas instruções para levantamento de processo de contra-ordenação e abrir processo para comunicação de legalização;
2. Tem conhecimento da existência do abaixo-assinado referente à britadeira, porém existem algumas dúvidas sobre a competência da acção nesse tipo de empreendimentos, cujo licenciamento será do Ministério da Economia, no entanto a Câmara já assumiu a sua posição em relação a esta matéria e procedeu à comunicação da situação junto do Ministério do Ambiente;
3. Quanto à sessão de estudo realizada sobre “Cooperação Territorial ACT” defendeu que o Vale do Minho deve iniciar de imediato encetar todas as diligências para a transformação/criação de uma ACT de forma a tirar proveito da institucionalização de uma relação territorial;

B) Deputado Sr. Manuel Lopes:

1. Referindo-se à situação do PDM propôs que a Assembleia Municipal faça um pedido de ponto de situação à Câmara Municipal de forma a esta o submeter à Comissão de Coordenação que é a entidade, que no momento, é responsável pela situação do PDM;
2. Sobre a questão da aquisição dos terrenos, esclareceu, em primeiro lugar que a Plataforma Logística não tem nada a ver com o PDM, que faz parte de um programa nacional denominado “Portugal Logístico” e como tal estão perfeitamente identificadas quais são as Plataformas no País. Sobre o traçado do TGV tem conhecimento que, efectivamente, andam a

adquirir terrenos em áreas por onde poderá passar o TGV mas quanto a isso nada se pode fazer;

3. Acerca dos semáforos no cruzamento do restaurante “Merendola” informou que, segundo informações do Sr. Director de Estradas, ainda este ano será colocado a concurso.

C) Deputado Sr. João Amorim Dias:

1. Explicando que o problema que existe naquele local tem a ver com o facto de ainda existirem parcelas privadas, no entanto, já deu instruções para se iniciar o processo de expropriação;

2. Sobre a questão das águas pluviais na EB1 de Arão tomou registo do facto.

D) Deputado Sr. Manuel Temporão:

1. Esclarecendo que as Câmaras Municipais pagam algumas taxas;

2. Sobre o pontão da Sr.^a da Cabeça informou que espera que até ao Verão esteja a concurso a adjudicação dos lugares;

3. Quanto ao site da Câmara espera que em breve esteja à disposição de todos, inserido num portal institucional do Vale do Minho.



II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º Ponto

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal – Anexo 2

Usaram da palavra:

O deputado **Sr. Armando Carvalho** para:

1. Em relação à descentralização das sessões deste Órgão dizer que os Srs. Presidentes de Junta votaram pela descentralização, daí que não tenham que formalizar qualquer convite;

2. Reforçar que é competência da Câmara Municipal defender o bem comum da comunidade valenciana e como tal deverá mostrar, de forma inequívoca, que está ao lado das populações que estão a ser perturbadas pela instalação da britadeira. O mesmo se aplica em relação ao PDM;

3. Tecer algumas considerações acerca das ACT;

4. Ser informado se na reunião realizada na Comunidade Intermunicipal se colocou a questão por si formulada, da falta do Relatório da Comissão de Avaliação;

5. Referindo-se ao TGV disse achar ter a Câmara Municipal capacidade para a afectação ou desafectação do uso dos terrenos.

A deputada **D. Elisabete Viana** para:

1. Alertar para a existência de um lapso existente na informação referente aos processos pendentes em Tribunal, nomeadamente, quanto ao processo nº17, que refere Bairro Social Bogim-Friestas;

2. Louvar a construção do Polidesportivo da freguesia de Arão;

3. Perguntar pela Cantina a qual é necessária pois, presentemente, é usada por cerca de cento e dez crianças, tendo a mesma sido construída para servir vinte crianças.

O deputado **Sr. Manuel Lopes** para:

1. Referir que uma paragem de autocarro na EN 101 danificada por um veículo automóvel há já cinco anos ainda não reparada;

2. Deixar reparo que foram comunicadas por escrito várias deficiências no Largo de S. Teotónio e que até ao presente ainda não foram reparadas;

3. Alertar para o facto de na 1º fase da empreitada do saneamento de Ganfei ainda ser preciso rectificar caixas e desvios de águas pluviais e quanto à 2ª fase falta a estação elevatória;

4. Esclarecer que a iluminação da Igreja não se encontra terminada, faltam colocar os holofotes com os respectivos suportes assim como retocar o cubo.

O deputado **Sr. João Amorim Dias** para:

1. Dar os parabéns à Comissão Organizadora pelas comemorações do 25 de Abril, no entanto, solicita uma maior dignidade para o local onde é colocada a coroa de flores na Rua 25 de Abril;

2. Deixar um alerta para o facto de estarem a roubar o património histórico das muralhas, nomeadamente, das guaritas (capitéis e esferas graníticas) a poente (Portas Afonsinas) e a norte (Portas de Monção).

O deputado **Prof. José Veríssimo** para:

1. Questionar se os planos para a EB1 de Arão contemplam um espaço coberto para as crianças em dias de chuva, se a mobilidade também foi pensada para os pisos superiores e a requalificação do espaço envolvente como forma de minimizar os problemas de trânsito e de estacionamento;

2. Voltar a perguntar se estão previstos espaços cobertos para os utentes dos transportes escolares na zona escolar;

3. Dizer que tem conhecimento que o Município adquiriu dois autocarros para o transporte escolar, porém sabe que os mesmos ainda não se encontram homologados e como tal não podem circular. Assim quer saber quanto se está a pagar por dia à empresa de transportes Courense.

O deputado **Arqº Carlos Marinho** para perguntar qual o ponto de situação das empreitadas da Requalificação Urbana de Centro Histórico – 2ª fase e do edifício Multiusos da Coroadá.

O deputado **Sr. Rui Marrucho** para lamentar a ausência dos presidentes de junta na missa em memória do Dr. Jorge Gama, assim não ter estado presente nenhum elemento da Câmara Municipal nem nenhum funcionário na parte de tarde nas comemorações do 25 de Abril.

O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira** interveio para esclarecer que a razão porque muito dos membros não estiveram presentes nas comemorações do 25 de Abril da parte de tarde se ficou a dever ao facto de se ter realizado o funeral de uma valenciana por todos muito estimada.

O deputado **Sr. Salustiano Faria** para informar que, devido às fortes chuvas que se têm feito sentir, verificou-se um problema no aterro, o qual foi rapidamente reparado.

O Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra** para:

1. Reconhecer que o saneamento da freguesia de Ganfei apresenta deficiências mas que estas irão ser corrigidas;

2. Esclarecer que em relação ao PDM o que disse na intervenção anterior é que assiste, a qualquer cidadão, o direito de, se não estiver satisfeito com as explicações por si dadas, pedir esclarecimentos à Comissão;

3. Referir que não é competência da Câmara Municipal afectar ou des afectar o uso de um terreno;

4. Dizer que o projecto da cantina para a EB1 de Arão se encontra a ser elaborado e espera que durante as férias a obra se execute por ampliação.

5. Concordar que aquela rua tem pouca dignidade para ter o nome de Rua 25 de Abril e irão ser procuradas alternativas para a colocação da coroa de flores;

6. Afirmar que tem conhecimento dos roubos que se tem vindo a verificar no património histórico da fortaleza e já tem pedida uma reunião de trabalho com o Comandante do Destacamento, para entre outras coisas, ver o que é possível fazer quanto a esta situação;

7. Referir que os dois autocarros de transporte escolar adquiridos já se encontram homologados e a circular;

8. Dizer que, na posição da Câmara Municipal, a empreitada de Requalificação Urbana do Centro Histórico – 2ª fase ainda não se encontra terminada, daí que a empresa já tenha sido notificada dessa posição estando desta forma a incorrer em multas diárias;

9. Informar que no próximo dia 5 de Maio retoma os trabalhos a empresa que originalmente ganhou o concurso;

10. Esclarecer que nas Comemorações do 25 de Abril da parte de tarde não esteve presente nenhum elemento da Câmara Municipal ou funcionário municipal porque tal não foi solicitado.

Tomaram a palavra:

Deputado **Sr. Armando Carvalho**, para dizer que já desde há uns anos para cá que se verifica uma completa subordinação do interesse público ao interesse privado; em relação aos roubos do património da fortaleza defendeu que uma forma de os prevenir seria disciplinar a entrada de automóveis na fortaleza;

Deputado **Manuel Lopes** para reafirmar que as obras na freguesia de Ganfei ainda não se encontram concluídas.

Deputado **Sr. João Amorim Dias**, para perguntar se não existirá outro local mais digno para a Rua 25 de Abril; quanto às peças das guaritas que se encontram caídas nos fossos pergunta se as mesmas já foram recolhidas.

Deputado **Prof. José Veríssimo** para dizer que houve duas questões que não ficaram completamente esclarecidas, uma foi a dos espaços cobertos para os utentes dos transportes escolares na zona escolar e a outra a da requalificação do espaço envolvente da EB1 de Arão, naquele local não existe uma passadeira para que as crianças possam atravessar em segurança.

Deputado **Arqº Carlos Marinho** para dizer que depreende da explicação do Sr. Presidente que a obra de requalificação urbana – 2º fase vai continuar naquela forma deplorável até os Tribunais tomarem uma decisão.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, **Dr. José Luís Serra**, para:

1. Quanto à obra de requalificação, reafirmar que a lei é para ser cumprida;
2. Registrar as observações do Prof. Veríssimo;
3. Dizer que em relação à Rua 25 de Abril seria muito sensível agora mudar a sua localização;
4. Em relação às deficiências que foram referidas existir na freguesia de Ganfei vai averiguar a situação.

Pelas 11h05m, o Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, interrompeu os trabalhos, para intervalo.

Retomada a Sessão às 11h20m, passou-se ao

2º Ponto Relatório de Gestão e Contas de 2007
--

Intervieram:

O deputado **Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que qualquer análise ao relatório de Gestão e Contas de 2007 não pode ignorar o peso do valor da alienação da participação do Município na Ventominho ao consórcio liderado pela Domingos da Silva Teixeira, S.A.;
2. Ressaltar a evidência de com esta manobra contabilística transforma-se um saldo real de exercício eventualmente negativo num saldo real praticamente nulo;
3. Afirmar que quando, a coligação que representa, se pronunciou contra a lei das finanças locais, o fez como valenciano e municipalista convicto;
4. Dizer que se manifestaram contra o encerramento das escolas e respectiva concentração em centros educativos, à delegação das actividades de enriquecimento curricular para a competência das autarquias e se manifestarão contra a municipalização do ensino e da saúde, nos moldes propostos de desresponsabilização do estado, isto porque, tal como está à vista na presente demonstração de resultados, as despesas correntes sobem sem limitação à vista, nas rubricas de transportes escolares e honorários com pessoal contratado;
5. Referir que denunciaram o duplo ataque às finanças locais, que consistiu no aumento dos encargos sociais dos trabalhadores por parte do erário municipal e a redefinição do cálculo de captação dos impostos indirectos que retirará, pelos menos, 7% nas receitas fiscais, e que o resultado disso é visível, pois embora as transferências sejam análogas às de 2006, a receita de capital não chega ao grau de execução de 50%;
6. Notar que subiram, 7%, as despesas com pessoal relativamente a 2006 de uma forma que não se encontra convenientemente explicada, que o pessoal do quadro, do

agrupamento 01, acusa tão-somente um aumento resultante da actualização dos seus vencimentos na ordem de 1,2% e que a aquisição de serviços com pessoas singulares apresenta uma quebra de 44%, porém a rubrica dedicada a estudos, pareceres e projectos subiu mais de 10% e a representação dos serviços 61%, acrescendo, a inscrição na despesa, pela primeira vez, da delegação de competências da administração central de €167.980;

7. Concluir perguntando onde está o retorno de tanto encargo.

A deputada **Dr. Inês Ferreira** para:

1. Apresentar, para reflexão comum, alguns dados que o relatório evidencia:

- a) Na página 5 diz-se: “ A receita de capital ficou substancialmente aquém do previsto”, perguntando se não havia projectos de investimento;
- b) Na página 8: “Execução do Plano Plurianual de Investimentos ficou-se por 50,5%”; “No que à educação diz respeito apenas €157.901”; questionando qual a razão porque não se aplicou mais verba na educação se havia disponibilidade; “Grau de execução do PPI na educação 56,89% e das GOP 69,59%” querendo saber qual o motivo porque não se aplicou mais verba ao apoio à terceira idade;
- c) Na página 5 “O grau de execução de 50,5% das receitas de capital deve-se ainda ao facto de não ter havido ainda necessidade de se recorrer aos empréstimos devidamente autorizados e que nos documentos previsionais constituíam previsão de receita de capital”, assim sendo, pergunta qual a necessidade de realizar receitas extraordinárias com a venda da participação na Ventominho representando, aproximadamente, 13% do total da receita de 2007;
- d) Relembrou o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara aquando da apresentação das GOP para 2008;
- e) Solicitou que se informasse onde se iria localizar a pista de desportos radicais;

2. Fazer referência a alguns erros que o relatório apresenta:

- a) Na página 7 e na 22, refere-se 2006/2005, quando deve ser 2007/2006;
- b) Na página 16 o quadro “Vendas e Prestações de Serviços” – totais, o valor de 2007 não coincide com o valor que se encontra no quadro do final da página.

O deputado **Sr. Alberto Vilas** antes de iniciar a sua intervenção manifestou o seu desagrado pelo facto da Assembleia Municipal várias vezes ter aceite analisar, discutir e votar documentos provenientes da Câmara Municipal que apresentam gralhas ou lapsos, no pressuposto e com a garantia de que os mesmos serão suprimidas, acontece que aquando da análise do orçamento de 2007 foi identificada uma gralha na rubrica da “Marginal da Nossa Sr.^a da Cabeça”, essa mesma gralha aparece agora nos documentos da conta de 2007, defendendo ser fundamental criar algum mecanismo de controlo destas situações;

Em resposta o Sr. Presidente da Mesa **Dr. António José Nogueira** referiu não considera existir qualquer desrespeito da Câmara Municipal perante este órgão, e que se os funcionários não introduziram as correcções deliberadas, certamente, que ignoraram as ordens do Sr. Presidente da Câmara.

Retomando a sua intervenção, o deputado **Sr. Alberto Vilas**:

1. Afirmou considerar o documento um repositório de toda a actividade da Câmara Municipal, sendo uma forma de avaliação dos autarcas do município, por isso, disse ser fundamental ter presente o orçamento de 2007 e o conteúdo das diversas intervenções;
2. Relembrou parte da sua intervenção na altura invocando alguns projectos previstos os quais não foram objecto de qualquer investimento;
3. Perguntou que explicação se poderá dar para o facto de as Grandes Opções do Planos terem tido uma execução de 54% em relação ao projectado e o Plano Plurianual de Investimentos teve uma execução de 46%;

O deputado **Prof. José Veríssimo** para:

1. Evidenciar algumas divergências, relativamente, às prioridades enunciadas pela autarquia para o concelho, em áreas como na educação, acção social, serviços culturais, desportivos e recreativos;

2. Defender que não existe uma planificação de objectivos e definição de prioridades para os investimentos municipais assente numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

O deputado **Sr. Manuel Lima** para:

1. Relembrar as suas palavras aquando da venda da participação da Ventominho;
2. Dizer que o relatório de contas revela a incapacidade do executivo camarário no que se refere à angariação de receitas, pois se se reparar na rubrica “Loteamentos e Obras”, verifica-se uma redução de 82%;

3. Constatar que do relatório de contas ressalta uma redução de transferências, na ordem dos 65%, para as freguesias.

O deputado **Sr. Salustiano Faria** teceu algumas considerações acerca das intervenções anteriores.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, **Dr. José Luís Serra**, para:

1. Referir não ser correcto que as transferências para as freguesias tenham diminuído, pelo contrário as mesmas aumentaram;

2. Fazer duas observações em relação à queda das taxas de urbanização:

➤ O Regulamento de taxas e licenças onera mais a habitação multifamiliar, porém diminuiu, chegando a isentar algumas freguesias, a habitação unifamiliar;

➤ Neste momento as receitas das taxas, em relação ao ano passado, a receita das taxas já cresceram 60%;

3. Em relação à Ventominho disse que é necessário ser-se coerente, já que em algumas intervenções se afirmou que as receitas foram necessárias para pagar algumas dívidas existentes, depois aparecem outras intervenções que defendem que esse dinheiro será para investimentos para o próximo ano, que é ano de eleições. Disse que a venda da Ventominho se fez por €1.500.000,00 e se o saldo de transição foi de €1.600.000 isso quer dizer que o dinheiro a 31 de Dezembro estava lá, significando isto que não foi usado para pagar dívidas;

4. Esclarecer que não é correcto que no grau de execução das receitas de capital se lhe for retirada a receita da Ventominho esta desce para trinta e tal por cento pois no grau de concretização de cerca de 50% já esta se encontra incluída;

5. Quanto à educação referir que presentemente se encontram adjudicados três milhões de euros;

6. No que ao apoio à terceira idade se refere esclarecer que este tem que ser feito pelas IPSS e não pelas câmaras, no entanto a câmara tem verbas aprovadas para transferir para o Centro de Dia dos Reformados, para a creche de Cerdal e para o lar da Cruz de Vermelha;

7. Reforçar o facto de Valença apresentar maior qualidade, de o executivo ter conseguido reduzir a dívida da autarquia, controlar os pagamentos e de assumir responsabilidade e cumpri-las;

8. Explicar que a razão do aumento dos custos com o pessoal deve-se ao facto de no ano de 2006, a secção de contabilidade, classificar as despesas com os professores contratados para as actividades de enriquecimento curriculares como “outros devedores” e agora são contabilizados como despesas com pessoal;

9. Esclarecer que as despesas com o pessoal se encontram completamente controladas e que as horas extraordinárias estão controladas;

10. Informar que na discussão pública do plano de urbanização vão ter oportunidade de ver a localização da pista de desportos radicais que irá localizar-se junto do campo da feira.

Pelo Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, foi dada a palavra ao:

Deputado **Sr. Armando Carvalho**, para insistir dizendo continuar sem saber que peso tem o saldo real do exercício. Em relação à venda da participação na Ventominho lembrou

que o Sr. Presidente da Câmara na altura referiu que o dinheiro seria essencial para cobrir a parte não participada dos fundos europeus, concluindo então, que esta parte não participada se encontra reservada para o fim de mandato.

Deputada **Dra. Inês Ferreira** para afirmar que na explicação dada pelo Sr. Presidente acerca do orçamento este acaba por justificar o orçamento de 2007 com obra a realizar em 2008.

Deputado **Sr. Alberto Vilas**, que teceu algumas considerações à intervenção do Sr. Presidente, confirmando o anteriormente por si alegado.

Deputado **Prof. José Veríssimo**, reconhecendo o esforço que está a ser feito na renovação do parque escolar dizendo que, na sua intervenção, se limitou unicamente a transcrever o que se encontra escrito no relatório.

Deputado **Sr. Manuel Lima** dizendo que é antagónico dizer-se que a saúde financeira da Câmara é boa e equilibrada e ao mesmo tempo recorrer a receitas extraordinárias. Referindo que se o concelho é competitivo onde é que está o investimento privado.

Deputado **Sr. Salustiano Faria** que voltou a tecer algumas considerações acerca das intervenções anteriores.

Sr. Presidente da Câmara, **Dr. José Luís Serra**, que esclareceu algumas das questões colocadas.

Num universo de 34 votantes, verificaram-se: 9 votos contra (Armando Carvalho, Inês Ferreira, Alberto Vilas, José Veríssimo, Carlos Marinho, Raul Lopes, Isabel Andrez, Manuel Lima e José Temporão), 0 abstenções e 25 votos a favor. **Aprovado por maioria.**

3º Ponto Comunidade Intermunicipal Minho-Lima
--

Deputado **Sr. Armando Carvalho** para salientar que esta proposta é exactamente a proposta da constituição da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima que a CDU apresentou antes de serem criadas as duas COMURBES;

O deputado **Sr. Alberto Vilas** para referir que o PSD sempre esteve de acordo na junção das duas Comunidades.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, **Dr. José Luís Serra**, esclareceu que o que está em votação, para pedido de autorização, é a intenção de adesão a uma nova estrutura.

Pelo Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, foi dada a palavra ao:

Deputado **Sr. Armando Carvalho** que perguntou se a constituição desta nova Associação Intermunicipal implica o fim das duas existentes.

O Sr. Presidente da Câmara **Dr. José Luís Serra** esclareceu que a nova Associação é uma associação de fins gerais. As existentes continuarão ou não a existir dependendo da vontade dos municípios, porém se continuarem a existir só o poderão fazer para fins específicos. Defendeu que, por uma questão de racionalização das despesas, a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, deveria manter-se, para fins específicos de cooperação transfronteiriça, pelos menos nos próximos cinco a seis anos. Sugeriu que fosse enviada uma nota de imprensa a informar que a Assembleia Municipal de Valença tinha aprovado por unanimidade a constituição desta Associação.

Num universo de 34 votantes registaram-se: 0 votos contra, 0 abstenções e 34 votos a favor. **Aprovado por unanimidade.**



Seguiu-se a leitura pela Primeira Secretária da Mesa, **Dra. Anabela Rodrigues**, da Acta em Minuta. Posta à votação, num universo de 34 votantes, registou: 0 votos contra, 0 abstenções e 34 votos a favor. **Aprovada por unanimidade.**

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inexistia público presente.



O Presidente da Mesa, **Dr. José António Nogueira**, agradeceu a presença de todos e, pelas 13h.00 deu por encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais, se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José António Lopes Nogueira**, e pela **Técnico Superior de Direito, Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Técnico Superior de Direito,
